

Divergência entre partidos adia aprovação do orçamento

Foto de Luiz Antonio



Deputado Francisco Dornelles explica sua proposta aos parlamentares

Executivo pode fazer nova proposta

BRASÍLIA — O Executivo poderá presentear o Congresso com um enorme “airbus” de pedido de recursos, caso a proposta orçamentária para 1990 seja rejeitada como quer o PRN. O parágrafo 8 do artigo 166 da Constituição prevê que os recursos que ficarem sem despesas correspondentes, em virtude da rejeição do orçamento pelo Legislativo, poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, sempre que aprovados pelo Congresso.

No entanto, o susto de um novo “jumbão” poderia ficar atenuado pelo artigo 47 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que exige o detalhamento das despesas. Isto tornaria

o novo “airbus” uma mini-proposta orçamentária, sujeita, da mesma forma que a atual, às pressões dos parlamentares mais fisiológicos que, pensando nas eleições do ano que vem, exigem mais verbas para projetos em seus Estados de origem.

O “airbus”, porém, não poderia ser utilizado, caso o Congresso não conseguisse votar o orçamento até 31 de dezembro, o que é provável. Neste caso, a lei de Diretrizes Orçamentárias permite que o Governo use, mensalmente até a aprovação do orçamento, 1/12 (um doze avos) das verbas relacionadas na proposta, para a manutenção da máquina.

BRASÍLIA — O leilão de verbas que diariamente se trava na Comissão Mista de Orçamento ficou prejudicado ontem para dar lugar ao debate em torno da aprovação ou não da proposta orçamentária do Governo para 1990. De um lado estão os parlamentares do PRN, que defendem a rejeição da proposta e apoiam o projeto do Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) que muda a data do exercício financeiro para que o próximo Presidente elabore seu próprio orçamento. De outro o PT, que prefere adiar a discussão sobre o ano fiscal e ver aprovada a atual proposta para evitar que o Governo se valha de artifícios — como créditos suplementares — para administrar a máquina durante o vácuo provocado pela falta de um orçamento.

Nesta nova batalha, as teses do Deputado José Serra (PSDB-SP), dão o necessário apoio logístico ao PT. Para Serra, a aprovação do orçamento de 1990 não significa que o próximo Governo terá que fazer os gastos listados na proposta. Na verdade, recorda o Deputado, o orçamento é apenas uma autorização para gastar nesta ou naquela área, sem obrigatoriedade da despesa.

— O controle dos gastos pode ser feito se o Tesouro sentar-se em cima do caixa — afirmou Serra.

Serra também não vê necessidade de mudar o ano fiscal, pois o Artigo 4 das Disposições Transitórias prevê que, já em 1995, o mandato presidencial terá início em primeiro de janeiro e não mais em 15 de março. Caso o projeto de Dornelles seja acolhido, os futuros presidentes terão novamente dificuldade porque estarão, por seis meses, com um orçamento que já foi realizado pela metade.